



**MUNICÍPIO DE CAMPO BOM**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – BRASIL

**DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA**

**SETOR REQUISITANTE:** Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito

**RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:** Luciano Libório Batista Orsi

**DATA DE ENCAMINHAMENTO:** 02/09/2024

**E-MAIL:** prefeitoluciano@campobom.rs.gov.br

**TELEFONE:** (51) 3598-8600

**1 - OBJETO:** Reforma dos Alojamentos da Brigada Militar

**GRAU DE PRIORIDADE DA COMPRA:**

( x ) Alta    (   ) Média    (   ) Baixa

**DATA PREVISTA PARA A CONTRATAÇÃO:** 29 de setembro de 2024

**TIPO DE OBJETO:**

( x ) Serviço não continuado

(   ) Serviço continuado SEM dedicação exclusiva de mão de obra

(   ) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra

(   ) Material de consumo

(   ) Material permanente / equipamento

**FORMA DE CONTRATAÇÃO SUGERIDA:**

( x ) Concorrência

(   ) Dispensa de licitação

(   ) Inexigibilidade

(   ) Adesão à ata de registro de preços de outro(s) Órgão(s)

(   ) Pregão Eletrônico.

**Para a hipótese de pregão, assinalar:** sistema de registro de preços/ata de registro de preços:

(   ) SIM    (   ) NÃO

ESTIMATIVA DA QUANTIDADE DE MATERIAIS / SERVIÇOS A SER CONTRATADA					
Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário	Valor total
1	Contratação de empresa, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica na reforma dos Alojamentos da Brigada Militar, em conformidade com as disposições do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.	Serviço	1	R\$ 176.381,49	R\$ 176.381,49

#### JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A contratação de serviços de reforma de prédios públicos pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é um aspecto crucial para a gestão pública eficiente e transparente. A importância do processo licitatório nesse contexto se dá por diversas razões.

Primeiramente, a licitação garante a competitividade entre os fornecedores, o que pode resultar em melhores preços e condições para a administração pública. Ao abrir o processo para diferentes empresas, o órgão público é capaz de selecionar a proposta mais vantajosa, não apenas em termos financeiros, mas também em relação à qualidade e à adequação dos serviços oferecidos.

Além disso, o processo licitatório é um instrumento que promove a transparência na gestão dos recursos públicos. A Lei nº 14.133/2021 estabelece normas que visam garantir que todas as etapas da licitação sejam públicas e acessíveis, permitindo que a sociedade acompanhe e fiscalize a utilização dos recursos públicos, minimizando riscos de corrupção e favorecimento.

Outro ponto relevante é a promoção da igualdade de condições entre os concorrentes. A lei estabelece diretrizes que devem ser seguidas para assegurar que todos os interessados tenham acesso às informações necessárias e condições justas de participação. Isso é fundamental para que pequenas e médias empresas possam competir em igualdade de condições com grandes corporações, estimulando a economia local e o desenvolvimento regional.

Ademais, a legislação prevê mecanismos de planejamento e controle mais rigorosos, como a exigência de estudos técnicos preliminares que justifiquem a contratação e a necessidade de elaborar um projeto básico ou executivo, que detalhem claramente as expectativas para os serviços de reforma. Essa fase de planejamento é essencial para evitar contratações desnecessárias ou inadequadas, garantindo que os serviços atendam às necessidades da população.

Em suma, a contratação de serviços de reforma de prédios públicos através da Lei nº

14.133/2021, por meio de um processo licitatório, é de suma importância para assegurar eficiência, transparência, competitividade e controle na utilização dos recursos públicos, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à sociedade e no fortalecimento da confiança da população nas instituições públicas.

Tendo em consideração a nova lei de licitações citada anteriormente, o presente estudo trata da contratação de empresa especializada para fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica para a obra de reforma dos alojamentos do prédio da Brigada Militar de Campo Bom.

As condições sanitárias e de conforto dos alojamentos que abrigam os servidores da Brigada Militar de Campo Bom são de extrema importância por diversas razões que envolvem não apenas a saúde e bem-estar dos profissionais, mas também a eficiência e a eficácia do serviço prestado à comunidade.

Em primeiro lugar, condições sanitárias adequadas são fundamentais para prevenir a propagação de doenças. A presença de higiene adequada, como banheiros limpos, áreas de refeições bem mantidas e a correta gestão de resíduos, reduz a possibilidade de surtos de doenças infecciosas, garantindo que os servidores permaneçam saudáveis e aptos para o trabalho. Isso é crucial, considerando que a Brigada Militar atua em situações de emergência e necessidade pública, onde a disponibilidade e a prontidão dos policiais são essenciais.

Além disso, o conforto nos alojamentos contribui significativamente para o bem-estar psicológico e físico dos servidores. Ambientes confortáveis, que proporcionem descanso adequado, são capazes de melhorar a qualidade do sono e reduzir níveis de estresse. Isso, por sua vez, reflete na performance dos profissionais, promovendo um atendimento mais eficiente e humanizado à população.

Outro aspecto a ser considerado é o moral da equipe. A sensação de valorização e cuidado com as condições de trabalho pode impactar diretamente na motivação dos servidores. A percepção de que a instituição se preocupa com o bem-estar dos seus membros é um fator que pode aumentar a coesão e a camaradagem entre os policiais, resultando em uma equipe mais unida e eficaz.

Por fim, manter alojamentos com boas condições sanitárias e de conforto também é uma questão de responsabilidade institucional. A Brigada Militar, como instituição pública, deve zelar não apenas pela segurança da população, mas também pela saúde e dignidade dos seus servidores, promovendo um ambiente de trabalho que respeite os direitos humanos e a dignidade do trabalhador.

**PRAZO DE ENTREGA/ EXECUÇÃO:**

4 meses a partir do termo de início de obra.

**LOCAL DE ENTREGA OU DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:**

Av. São Leopoldo nº 771, Centro, Campo Bom/RS

**INFORMAÇÃO ACERCA DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:**

15.04.2.499.4.4.90.51.99.01.01.20 ( 3806/2024)

**INDICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:**

Jandrei da Cunha Gallas.

**PUBLICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO EM SITO ELETRÔNICO CONFORME ART. 75 DA LEI 14.133/2021.**

*§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.*

(   ) Sim   ( x ) Não

**NA HIPÓTESE DE NÃO PUBLICAÇÃO DO AVISO DE DISPENSA JUSTIFICAR:**

**INDICAÇÃO DE OUTRAS CONTRATAÇÕES INTERDEPENDENTES OU VINCULADAS A OUTRO DFD:**

**INDICADO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR, SE A RESPOSTA FOR NÃO JUSTIFICAR:**

(   ) sim   ( x ) Não

A referida demanda não está prevista no Plano de Contratações Anual de 2024, entretanto, se mostra necessária diante do atual cenário existente, o qual o objeto de reforma proposto não apresenta condições de uso para acomodação de todo o contingente da 3ª Cia do 32º BPM, afetando os serviços de segurança pública do município. Desta forma, sua essencialidade é indiscutível, se justificando a abertura desta licitação mesmo sem previsão prévia no Plano de Contratação Anual.

Campo Bom, 29 de agosto de 2024

---

Assinatura